



Política de Privacidade do ACM, I.P.

1

1- Responsabilidade do Tratamento dos Dados Pessoais

O Alto Comissariado para as Migrações, doravante designado por ACM, I.P., no âmbito da sua atividade pública, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, desenvolve competências nas áreas da integração e migrações designadamente, através da sua contribuição “(...) *na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais em matéria de migrações (...)*”. Para o efeito, o ACM, I.P. promove a prestação de diferentes serviços (apoio jurídico, apoio social, apoio à integração profissional, promoção de programas e projetos de apoio ao imigrante e de uma rede de parcerias que integra associações de imigrantes, instituições académicas e agentes sociais envolvidos na integração de imigrantes e refugiados), nas suas instalações, com sede na Rua Álvaro Coutinho, n.º 14, 1150-025 Lisboa, bem como no seu *website* ou através de plataformas digitais criadas para o efeito. No contexto das suas práticas institucionais, e na qualidade de entidade pública com o número único de matrícula e pessoa coletiva 508198534, o ACM, I.P. solicita aos utentes que disponibilizem um conjunto de dados pessoais, isto é, informações fornecidas pelos próprios utentes que permitam ao ACM, I.P. identificá-lo e/ou contactá-lo. Face ao exposto, o ACM, I.P. é a entidade responsável pela recolha e tratamento de dados pessoais dos seus utentes, colaboradores e fornecedores.

2- Tratamento de Dados Pessoais e Consentimento:

O ACM, I.P. não utilizará dados pessoais sem o consentimento explícito dos titulares, nos termos do artigo 1.º e do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados 2016/679 (doravante designado abreviadamente por RGPD). De igual modo, não irá comunicar e/ou partilhar esses dados com terceiros, salvo se tiver obtido autorização explícita para o efeito ou se existir uma disposição legal que o imponha, caso se trate de um requisito necessário para o cumprimento do contrato. O ACM, I.P. compromete-se, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do RGPD, a recolher, registar e conservar os dados pessoais que forem objeto do seu tratamento, de forma adequada, pertinente e limitada, em conformidade com o princípio da «minimização dos dados». Nos termos dos artigos 13.º e 14.º do mesmo Regulamento, o ACM, I.P. compromete-se a prestar a seguinte informação aos titulares dos dados pessoais a que obteve consentimento para aceder: a) identidade e contactos do responsável (ou do seu representante) pelo tratamento de dados; b) finalidades, licitude e destinatários do tratamento de dados; c) transmissão e portabilidade dos dados pessoais; d) prazo de conservação (ou critérios para a sua definição); e) direitos dos titulares de dados pessoais.

3- Finalidade da Utilização de Dados Pessoais

Os dados pessoais solicitados a utentes, fornecedores e parceiros, decorrem das finalidades que sustentam a sua relação com o ACM, I.P., designadamente no que se refere ao cumprimento das obrigações legais previstas na legislação aplicável e em atividades tais como a promoção de projetos cofinanciados e o Atendimento para efeitos de Apoio Técnico. Por esta razão, o ACM, I.P. solicita autorizações de consentimento para o tratamento de dados, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), no momento dos registos,



inscrições e adesões às propostas decorrentes das iniciativas que incidem sobre as matérias acima indicadas (atendimento, apoio técnico, jurídico e social, inscrição em programas, atividades, eventos, candidaturas a projetos ou subscrição de *newsletters*). No âmbito das competências do ACM, I.P. há lugar à portabilidade de dados entre entidades, devidamente credenciadas e selecionadas no quadro da rede de parcerias institucionais do ACM, I.P., para efeitos de prossecução dos objetivos decorrentes dos processos de integração dos seus utentes; neste contexto, o ACM, I.P. solicita Declarações de Consentimento específico para tais encaminhamento(s) em termos de portabilidade de dados, bem como respeita o Direito de Portabilidade de Dados, nos termos definidos em sede do artigo 20.º do RGPD.

4- Conservação dos de Dados Pessoais

Em conformidade com o definido em sede de alínea e) do artigo 5º do RGPD, cujo teor deverá ser devidamente transmitido aos utentes no momento de recolha de consentimento, por motivos legais e de direito à informação, os dados pessoais serão conservados apenas durante o período de tempo necessário para a prossecução da finalidade ou tratamento posterior, findo o qual serão eliminados, em cumprimento do princípio da «limitação da conservação».

5- Direitos dos Titulares de Dados Pessoais sujeitos a Tratamento

Nos termos dos artigos 15.º a 21.º do RGPD, os titulares de dados pessoais têm os seguintes direitos no que respeita à sua utilização:

- Direito de acesso aos respetivos dados pessoais (*Princípios da Licitude, da Lealdade e da Transparência*);
- Direito de acesso ao conhecimento do tipo de dados que está a ser objeto de tratamento e dos tipos de tratamentos que estão ou vão ser realizados, de acordo com a finalidade para a qual foi concedido consentimento (*Princípio da Limitação das Finalidades*);
- Direito de conhecer e solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais (*Princípio da Limitação de Conservação dos Dados*);
- Direito de retificação de quaisquer dados pessoais inexatos ou desatualizados (*Princípio da Exatidão*);
- Direito de apagamento dos seus dados pessoais (*Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados*);
- Direito de oposição, ou seja, de solicitar que não sejam tratados os seus dados pessoais (*Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados*);
- Direito de retirar o seu consentimento quando concedido a título de fundamento legal para o tratamento dos seus dados, para qualquer finalidade relativamente à qual tenha sido dado esse consentimento, em qualquer altura (*Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados*);
- Direito de portabilidade, ou seja, direito de receber os dados pessoais que tenha disponibilizado ao ACM, IP., num formato estruturado, de uso comum, leitura digital ou mecânica, para efeitos da sua transmissão a outro responsável pelo tratamento (*Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados*).



6- Exercício dos Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

3

No caso de pretender exercer os seus direitos de privacidade, deverá enviar um pedido escrito por correio para a morada abaixo indicada ou para o endereço de *e-mail* epd.protecaodedados@acm.gov.pt.

Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.)

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa

Tem igualmente o direito de apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd): www.cnpd.pt

7- Cookies

O nosso *website* utiliza *cookies*, pequenos ficheiros que permitem ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) determinar o número de acessos ao *website* e não identificam o utilizador individual, podendo o mesmo configurar o seu *browser* para recusar os *cookies*.

8- Alterações à Política de Privacidade

O **Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.)** reserva-se ao direito de atualizar e/ou modificar a sua Política de Privacidade a qualquer momento, nomeadamente em função de eventuais alterações legislativas.